



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024

1  
2  
3  
4  
5  
6 Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, quarta - feira, às quinze horas e quinze  
7 minutos, reuniu-se o Conselho Municipal de Educação de Camaragibe na biblioteca do CMEI Luiz  
8 Antônio Pontes Ramos, sob a Presidência de Ana Paula Siqueira Gouveia. Registraram presença  
9 Maria Ieda Nogueira, Jeanne Lopes Cabral, Aiza Arôxa Fernandes, Maria Luciene da Silva, Luiz Paulo  
10 Ferreira do Amaral, Josenilda Batista Alves, Rosineide Cabral da Silva Souza, Viviane de Bona,  
11 Noêmia Epifânio da Silva, Cíntia Carla do Nascimento da Silva, Júlio Antão Venância Filho e  
12 Sebastião Alves Sobral Júnior. A presidente deu início à reunião, solicitando a leitura da ata, realizada  
13 no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, que foi aprovada. Em seguida, a presidente  
14 abordou o tópico de comunicação de expediente dos conselheiros. Primeiramente, ela fez uma breve  
15 explanação sobre a representação do conselho na comissão avaliadora. Posteriormente, discutiu a  
16 questão da pontualidade no horário e enfatizou a importância da colaboração e parceria entre o  
17 titular e o suplente. Caso o titular não possa comparecer, é recomendado que o suplente seja  
18 convocado imediatamente para garantir a pontualidade. Outra preocupação diz respeito às faltas  
19 não justificadas dos representantes do conselho. A presidente informou que comunicará a Secretaria  
20 da Educação sobre esse fato. Além disso, deixou claro para todos os presentes o disposto no Art. 25  
21 §1º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Camaragibe. Segundo esse artigo,  
22 a ausência não justificada em 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões alternadas no período de 12  
23 meses resultará no encerramento do mandato. Viviane de Bona discorreu sobre as reuniões da  
24 comissão avaliadora dos candidatos a gestores. Na primeira reunião, houve discussões acerca do  
25 cronograma e da agenda do processo, bem como da atuação da comissão. Na segunda reunião, o  
26 foco foi na validação das inscrições, embora ela não tenha conseguido participar dessa reunião. Por  
27 sua vez, Josenilda Batista Alves abordou a segunda reunião da comissão avaliadora, na qual os  
28 membros se reuniram para verificar todas as inscrições e validar conforme o edital. Além disso,  
29 informou que hoje, vinte de março de dois mil e vinte e quatro, foi publicada a portaria com as  
30 informações de validação. A partir do dia primeiro de abril de dois mil e vinte e quatro, os trabalhos  
31 de avaliação das apresentações dos planos de ações terão início. Viviane de Bona procedeu à leitura  
32 da Portaria nº 10 de 2024, que trata da designação da comissão organizadora para o processo de  
33 seleção de diretores da rede municipal de ensino de Camaragibe. A referida comissão é composta  
34 pelos seguintes membros: Maria Luciene da Silva, Luiz Paulo Ferreira do Amaral e Márcia Maria  
35 Alves e Silva, Representando a Diretoria de Ensino; Ana Paula Alves da Silva, Representando a  
36 Diretoria de Recursos Humanos Administração e Finanças; Jeanne Lopes Cabral, Representando o  
37 Gabinete da Secretaria de Educação; Viviane de Bona e Josenilda Batista Alves, Representando o  
38 Conselho Municipal de Educação. Jeanne Lopes Cabral informou que houve 33 inscrições, todas  
39 deferidas. Além disso, comunicou que no dia seguinte, vinte e um de março de dois mil e vinte e  
40 quatro, será publicada uma nova portaria, estabelecendo o dia e horário para que os candidatos  
41 defendam o plano de ação da escola para a qual se candidatou à comissão avaliadora. Por fim,  
42 Viviane de Bona mencionou a possibilidade de organizar as apresentações por blocos a partir do dia  
43 primeiro de abril de dois mil e vinte e quatro. Em seguida, a presidente Ana Paula Siqueira Gouveia  
44 abordou o tópico da Ordem do Dia referente à definição das prioridades das câmaras. A conselheira  
45 Aiza Arôxa Fernandes informou que a Câmara do Ensino Fundamental tem como prioridade atual o  
46 estudo da Resolução nº 7 de 2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino

47 Fundamental. Ela ressaltou que todos os membros já possuem cópia desta resolução e que o estudo  
48 já foi iniciado. Mesmo não sendo possível concluir na última reunião, os conselheiros foram  
49 orientados a continuar o estudo em casa, a fim de levantar todos os pontos relevantes na reunião  
50 seguinte. Viviane de Bona informou que a Câmara de Educação Infantil já definiu a Resolução nº 5  
51 para o estudo. Esse processo será dividido em dois momentos: no primeiro, abordarão a resolução  
52 em detalhes; no próximo encontro, Luiz Paulo apresentará a proposta do município de Camaragibe. A  
53 Presidente Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos perguntou à conselheira Maria Leda Nogueira se  
54 seria possível realizar uma formação na Câmara do Ensino Fundamental, e Leda respondeu que  
55 conduzirá a formação em ambas as câmaras. A conselheira Maria Leda Nogueira, utilizando a palavra  
56 facultada, último tópico da pauta, explica o objetivo fundamental das câmaras: a elaboração de uma  
57 resolução que estabelece critérios e exigências para o funcionamento das instituições escolares que  
58 integram o sistema Municipal de Educação. O processo envolve, primeiramente, o estudo detalhado  
59 da matéria. Em seguida, é essencial escolher um relator para essa resolução, não havendo  
60 impedimento para uma dupla de relatores. As câmaras trabalharão na construção dessa resolução,  
61 que será elaborada, discutida e aprovada internamente. Posteriormente, a resolução será  
62 encaminhada à Comissão de Legislação e Normas. Uma vez aprovada por essa comissão, seguirá  
63 para o Pleno, onde será submetida a votação e, caso aprovada, homologada pelo Secretário de  
64 Educação. Assim, torna-se oficial e passa a ser um instrumento autorizador para novas escolas,  
65 credenciamentos e recredenciamentos. Para a construção da resolução, os instrumentos de  
66 referência são as Diretrizes Nacionais e, se existirem, as Diretrizes Operacionais. Esses dois  
67 documentos são essenciais. Além disso, a conselheira Maria Leda Nogueira também ressalta a  
68 importância de ter uma resolução no âmbito dos conselhos municipais, visando ao conhecimento e  
69 à orientação. Por fim, a conselheira Viviane de Bona informa que, além das Diretrizes, também foi  
70 estabelecida como meta de estudo na Câmara de Educação Infantil a Lei Brasileira de Inclusão.  
71 Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Ana Paula Siqueira Gouveia, encerrou a reunião às quinze  
72 horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Geonice Rafaela da Silva Ramos Batista, Secretária,  
73 lavrei a presente ata, que, após aprovada, será assinada por mim e pela Presidenta, bem como por  
74 todos os conselheiros presentes.